

Notas Sobre um Exercício para Desformar Crises

Notes on an Exercise to Defuse Crises

Apuntes Sobre un Ejercicio para Desformar Crisis

Mayara Ferreira Mendes

Larissa Silva Jorge

Leonardo de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

O presente artigo se dedica a refletir sobre o exercício de um pensamento crítico acerca dos recentes acontecimentos no Rio Grande do Sul, sobretudo em relação às enchentes de 2024. Tais eventos nos convocam, enquanto dois psicólogos e uma assistente social, a desnaturalizar discursos, ferramentas e práticas hegemônicas. Buscamos, então, produzir notas sobre esse tempo, na esperança de contribuir para um diálogo mais crítico e amplo junto das maiorias populares e seus saberes. Para isso, nos aproximamos de imagens, vozes, olhares e percepções que nos ajudam a romper com os lugares já conhecidos por nós em nossas respectivas profissões. Com mais perguntas do que respostas, nos lançamos em um encontro de saberes que propõe contranarrativas aos discursos oficiais já consolidados por ideologias hegemônicas como o neoliberalismo. Nossa nota final dispara uma flecha ao passado, convidando ao reencontro com uma percepção de ancestralidade em contraponto ao progresso presente.

Palavras-chave: neoliberalismo, racismo, desastre político-climático, vulnerabilidade, ancestralidade.

Abstract

This article is dedicated to reflecting on the exercise of critical thinking regarding recent events in Rio Grande do Sul, especially the floods of 2024. These events call upon us—two psychologists and a social worker—to denaturalize hegemonic discourses, tools, and practices. We aim to produce notes on this period, in the hope of contributing to a broader and more critical dialogue with the popular majorities and their knowledge. To that end, we approach images, voices, perspectives, and perceptions that help us break away from the familiar spaces of our respective professions. With more questions than answers, we engage in an encounter of knowledge that proposes counter-narratives to the official discourses already solidified by hegemonic ideologies such as neoliberalism. Our final note fires an

arrow into the past, inviting a reconnection with a sense of ancestry in contrast to present-day notions of progress.

Keywords: neoliberalism, racism, political-climatic disaster, vulnerability, ancestry.

Resumen

Este artículo se dedica a reflexionar sobre el ejercicio del pensamiento crítico en relación con los recientes acontecimientos en Río Grande del Sur, especialmente las inundaciones de 2024. Estos eventos nos interpelan, como dos psicólogos y una trabajadora social, a desnaturalizar discursos, herramientas y prácticas hegemónicas. Buscamos entonces elaborar apuntes sobre este tiempo, con la esperanza de contribuir a un diálogo más crítico y amplio con las mayorías populares y sus saberes. Para ello, nos acercamos a imágenes, voces, miradas y percepciones que nos ayudan a romper con los espacios ya conocidos en nuestras respectivas profesiones. Con más preguntas que respuestas, nos lanzamos a un encuentro de saberes que proponga contra narrativas frente a los discursos oficiales ya consolidados por ideologías hegemónicas como el neoliberalismo. Nuestra nota final lanza una flecha hacia el pasado, invitando a un reencuentro con una percepción de la ancestralidad como contrapunto al progreso presente.

Palabras clave: neoliberalismo, racismo, desastre político-climático, vulnerabilidad, ascendencia.

Introdução

É preciso desformar o mundo. Tirar da natureza as naturalidades. (Manoel de Barros)

O presente artigo é fruto da composição reflexiva entre três pesquisadores, a saber: Larissa Jorge, Leonardo Oliveira e Mayara Mendes, e versará a respeito da catástrofe climática que impactou milhares de pessoas em Porto Alegre e região. Posto isso, escrevemos este texto após as enchentes de abril de 2024, que afetaram gravemente o estado do Rio Grande do Sul, e nele pensamos em elementos que nos marcaram neste tempo presente. Trazemos imagens,

marcas e impressões que surgem enquanto notas de um exercício para tirarmos da forma de naturalidades os recentes eventos, ocorridos tal como uma forma de bolo, que dá limite e designa um determinado espaço. Desformar, aqui, será visto como o exercício de tornar a leitura dos acontecimentos menos uniforme e menos próxima do pensamento historicamente hegemônico, que se define “a partir de um universalismo no qual ‘um define pelos outros’ o que é conhecimento válido e verdadeiro” (Grosfoguel, 2016, p. 46). Posto isso, tentamos, de alguma maneira, contribuir para uma diversidade

de outros conhecimentos que possam nos amparar diante do ocorrido.

Como um retrato do período atual, observamos a luta cotidiana de pessoas que perderam tudo, assim como a relação com o trabalho, as velhices, a relação com a classe social dos principais atingidos. E, nesta, vemos a pobreza racializada do Sul do Brasil, destacada em jornais e em sites, tais como o Nexo Jornal, Folha, UOL e até mesmo em estudos contidos na página do governo do estado. Todas essas publicações destacaram que a maior concentração de pessoas acometidas pelo desastre é negra e de baixa renda. O racismo da atualidade encontra novas roupagens para velhas formas de violentar. Acomete com maior vigor as minorias sociais que, na verdade, são a grande parcela da população, que vive em posição de desvantagem em relação às “maiorias”. Discrepância que pode ser observada até mesmo em relação ao poder de recuperação das diferentes camadas sociais.

Além disso, pessoas que perderam mais do que bens materiais — ou seja, seu acesso à memória, à cidade, ao luto; pessoas que perderam entes queridos; pessoas da classe trabalhadora que tinham muito pouco para sua própria sobrevivência e agora nada têm além da

certeza de que precisarão recomeçar outra vez somente com a roupa do corpo.

Notamos também a solidariedade popular de um povo que construiu diversas redes de apoio, auxiliando pessoas e animais desabrigados, construindo abrigos, organizando mantimentos, resgates e cuidados diversos.

Vimos pessoas comuns organizadas educando as próprias políticas institucionais sobre como atuar diante das necessidades específicas de cada território. Pessoas que perderam muito se solidarizando com outras pessoas que também estavam em situações semelhantes — ou não. Vários foram os cenários que se desenharam diante de nós em um curto espaço de tempo neste território do qual falamos, não apenas cenas trágicas ou de vulnerabilidade, mas também de privilégio, como na cena que segue.

No dia 22 de abril, no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, alguns transeuntes distribuíam adesivos com os dizeres “a água chegou até aqui”, com a proposta de afixar esse adesivo pela cidade para demonstrar a altura em que as águas da enchente chegaram. O discurso era adesivar a cidade para que ninguém esquecesse da enchente de 2024 e do desastre a que estivemos submetidos.

Esquecer é um grande privilégio. Milhares de pessoas que perderam entes queridos, suas casas e todos os seus pertences com certeza não precisam de adesivos para lembrar da força das águas e do descaso ativo na gestão da catástrofe climática.

Vivemos hoje em uma contínua sensação de desastre. Ao trabalhar com pessoas em vulnerabilidade, e aqui entendemos que a expressão vulnerabilidade social sintetiza a ideia de uma maior exposição e sensibilidade de um indivíduo ou de um grupo aos problemas enfrentados na sociedade (Adorno, 2001), essa sensação fica potencializada.

Quando falamos da crise climática, o desastre é produzido, é um plano, pois

[...] esses eventos não são apenas obra do acaso ou da natureza. Ainda que a chuva seja, sim, um fenômeno natural, a intensidade e a frequência não são naturais, mas podem justificar-se como fruto da ação humana e da devastação ambiental, causada por grandes empresas, pelo agronegócio e pelo garimpo, atingindo principalmente comunidades racializadas. (Barbosa et al., 2023, p. 2).

Diante de formas de vida estratificadas que o capitalismo e o

colonialismo nos impõem, e de como estes atravessam o fazer da psicologia, ficam algumas indagações: como constituir, então, uma psicologia dos desastres ética, que leve em consideração esses atravessamentos, a desigualdade social, o conflito urbano pelo território e a contínua lembrança traumática do desastre? Como constituir uma psicologia não individualizante e que não atenda aos critérios assépticos da branquitude e do sujeito universal eurocêntrico e seus apagamentos?

Para responder a essas questões, partiremos de cenas ocorridas durante as enchentes em Porto Alegre, em 2024, que levaram o município a uma calamidade socioambiental. Para especificar o que é um desastre, traremos a terminologia do manual da Estratégia Internacional para Redução de Desastres, das Nações Unidas:

Com frequência, descreve-se um desastre como o resultado da combinação da exposição a uma ameaça, das condições de vulnerabilidade presentes e das capacidades ou medidas insuficientes para reduzir ou enfrentar as possíveis consequências negativas. O impacto dos desastres pode incluir mortes, lesões, doenças e outros efeitos negativos no bem-estar físico, mental e social humano, juntamente com

danos à propriedade, a destruição de bens, a perda de serviços, distúrbios sociais e econômicos e a degradação ambiental. (UNISDR, 2009, p. 13).

De imediato, ouvimos estas palavras que começam a ser muito utilizadas, como “crise climática”, “catástrofe ambiental”, “evento climático extremo”, “tragédia socioambiental”, entre outras. O que nos chamou a atenção nessas palavras são justamente as ideias que elas transmitem, pois quem folheia o jornal ou rapidamente observa as matérias sobre o tema pode até mesmo acreditar, diante de uma leitura ingênua, que esses acontecimentos têm um culpado, e este é a própria natureza. Certo dia, durante o jornal do almoço, alguém diz: “Nós estamos em uma luta muito difícil, a natureza vem e destrói, nós vamos lá e reconstruímos, ela vem e destrói de novo, nós voltamos e reconstruímos”.

Pensamos, então, no antropoceno, entendido como algo além de uma época geológica que caracteriza as marcas da ação humana sobre a biosfera e a vida no planeta Terra, mas também como uma fronteira que situa um “evento-limite” que precisa ser o mais curto possível para que possamos criar juntos outras épocas e relações culturais de mais harmonia e cogestão da vida (Haraway, 2016), e em

como a ideia a ser transmitida é realmente de que a natureza precisa ser contida, pois, em sua face violenta, comete contra a humanidade as maiores atrocidades, devastando territórios inteiros, sendo sua inimiga. Logo, somos levados pela mídia a pensar que:

1. Torna-se impossível conter sua fúria imprevisível;
2. Como culpada, torna-se a única responsável pelas crises provocadas;
3. Precisa ser cada vez mais dominada pela humanidade e, portanto, vista como inimiga

Na primeira e na segunda sugestão, fortalece-se a ideia de que é impossível haver, humanamente, uma gestão política acerca de tais catástrofes — ainda que existam alertas, como as fortes chuvas ocorridas no dia 27 de abril de 2024 que caíram no estado, e boletins anteriores aos acontecimentos, elaborados pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), que, no dia 28 de abril, emitiu alerta laranja (risco de tempestade) para toda a metade sul do Rio Grande do Sul e, já no dia 29, novo alerta com a previsão de elevado volume de chuva para metade do estado, indicando uma possível tragédia. No entanto, as

comunicações feitas pela Defesa Civil para a população não indicavam a gravidade do que estaria por vir. Segundo publicação da Agência Brasil, em junho de 2024, as informações que circulavam davam um tom de aviso à população.

Diante disso, fortalecem-se também as políticas de inimizade. Quando apelam para a imprevisibilidade, o fazem para conduzir a sociedade a acreditar que a natureza é, de fato, a vilã da história, e essa narrativa se torna parte fundamental de um projeto no qual os representantes políticos de um determinado grupo social saem também como vítimas, sobre as quais nenhuma responsabilidade pode ser imputada.

Em tempo, acreditamos que a solidariedade popular não pode e não deveria ser a única capaz de fornecer meios para responder a tais acontecimentos, posto que existem representantes desse mesmo povo, eleitos como responsáveis também em momentos de crise. Principalmente em momentos em que se necessita pensar estratégias que possam prevenir o aumento das vulnerabilidades que esse povo sofre — e que não passem pela individualização do sofrimento a partir de conceitos como resiliência e da naturalização da desigualdade como dado tácito.

Sobre essas definições e explicações do significado de resiliência cabe destacar que alguns pontos como a naturalização da desigualdade urbana expressa na comparação da urbanização desigual e seus corolários com tensões em sistemas ecológicos, derivando daí suas formas de superarem seus problemas. Nega-se a desigualdade social estrutural e fala-se como se todos os sujeitos da sociedade, classes sociais, estados-nação tivessem a mesma proporção de responsabilidade pelo seu surgimento e a mesma capacidade de resolução de suas consequências catastróficas. Aponta-se ainda a naturalização da pobreza e vulnerabilidade socioambiental. (Nascimento, 2021, p. 326).

E aqui não há nada de novo em uma política que pense a natureza como inimiga e como algo que precise ser dominado. Aqueles que nos colonizaram e disseram trazer civilidade já acreditavam nisso. Quando pensamos em uma gestão das crises instauradas, é ainda pior, pois nos deparamos com manipulações políticas acerca da própria solidariedade das maiorias populares — as quais entendemos, a partir da reflexão de Martín-Baró (2017), como os povos e grupos historicamente oprimidos,

chamando a atenção para os próprios termos que utilizamos.

Um exemplo comum é falarmos em “minorias oprimidas”, mesmo que isso nos exija o trabalho de explicar que não significa minoria quantitativa, mas sim de direitos, sendo por isso menos comum pensarmos em “maiorias populares”. Essa terminologia diferencia a construção dos sujeitos e da memória histórica, assim como os termos “escravo” e “escravizado”, que refletem posições históricas e consciências distintas (Mendes, 2023, p. 15).

Com isso, conduz-se os discursos na crença de que a saída da crise pode ser individual, fruto do trabalho de cada um, de seu mérito. Mas de onde vem a ideia de que o individualismo vai nos salvar? De onde vem a narrativa de que o trabalho traz dignidade, ainda que na velhice, sob condições precárias e desumanas? Onde surge o orgulho em ser resiliente em uma sociedade econômica e socialmente desigual, acometida por uma

[...] agenda neoliberal [que] pode ser definida como um plano de reorganização do capital a favor das elites econômicas, produzindo vulnerabilidades às mudanças climáticas por meio da acumulação

de capital, por adotar estratégias que penalizam as populações mais pobres, ao mesmo tempo em que promove uma acumulação capitalista que não respeita os limites ecológicos e consequentemente aprofunda a crise climática”? (Araújo et al., 2023, p. 64).

Será esse o estado onde poucos têm muito e muitos têm pouco ou quase nada? Será esse o estado onde poucos têm muito e muitos têm pouco ou quase nada?

Terra

O que aconteceria se derrubassem todas as árvores? Se o Brasil virasse um deserto, como seria a vida? Como seria o ar que respiramos? Como viveríamos no dia a dia? (João, 2023, p. 115).

Lembramos aqui sobre a distribuição territorial urbana e a história conflituosa e violenta das disputas pelo território na cidade. Na atuação política da especulação imobiliária e da lógica neoliberal, a cidade está permeada pelo racismo, pelo sexismo e pela segregação de classe. “Fomos vítimas da catástrofe ou

do descaso do poder público?” (RS, 2024, p. 24, trecho adaptado). Tal reflexão foi problematizada por um Babalorixá que é uma autoridade civilizatória de matriz africana, durante o pré-lançamento de “A Dide: Ajuda Humanitária aos Terreiros” (minidocumentário que destaca o impacto das recentes enchentes em comunidades religiosas afro-brasileiras e as iniciativas de ajuda humanitária para apoiar os terreiros atingidos). Sua fala questionou o lugar social que ocupam os vivenciadores das religiões de matriz africana, já que muitos terreiros foram impactados. No momento dessa fala, o Babalorixá remetia à suspeita de que as comunidades marginalizadas são vítimas da especulação imobiliária e sofrem fortemente os impactos de grandes construções.

Outro exemplo relacionado é o caso experienciado por quilombolas em Porto Alegre: segundo dados publicados no jornal “Brasil de Fato”, moradores do quilombo Kédi passam por um momento de pressão e violação de direitos, uma vez que seu quilombo é rodeado por construções de alta classe em zona nobre da região. As pressões vivenciadas pela comunidade envolvem segregação, violência e marginalização: “Todo dia a gente está sofrendo uma pressão aqui (...)

eles estão nos desconhecendo enquanto quilombolas” (Santos, 2023b, para. 8).

A edição trata da tentativa de esbulho em território quilombola situado em uma zona nobre da capital Porto Alegre. Segundo a reportagem, existe ainda pressão da gestão municipal, envolvimento de empresários de construtoras e tentativa de indução ao erro. Tal situação tem causado sofrimento na comunidade inteira, que já tem o desafio de manter seus costumes, tradições e características em meio a um contexto neoliberal. Esse cenário alimenta um contexto ignóbil e que em nada combina com o direito à dignidade humana previsto como um dos princípios constitucionais brasileiros. Nesse contexto, precisaríamos de qual psicologia? Este artigo não projeta responder a essas questões, mas refletir eticamente e amplificar a discussão para além de um manual reducionista de procedimentos dentro de uma certa lógica de subjetividade individualista.

Dito isso, torna-se impossível e inócuo traçar um plano de ação em psicologia em desastres sem levar em conta a lógica neoliberal, a ecologia e a forma colonial da nossa relação com a terra, com o território e com o pensamento. Aliás, nem tentaremos propor um plano, já que existem muitos manuais de práticas

em tragédias e situações de calamidade. O que nos interessa é muito mais uma ética em situações de desastre, notas para deformar crises. Pois como pensar em saúde mental enquanto o capitalismo neoliberal exaure a natureza numa relação parasitária que possibilita a frequência cada vez maior de desastres? Faz-se improrrogável pensar o direito à cidade e à terra e seus efeitos em eventos de desastre. O desastre e a catástrofe climática têm endereços bem específicos.

Pensar numa ética ao tratar dos desastres nos leva, então, a observar os povos e cosmologias que têm outra relação com a natureza e vivenciam a ecologia como algo intrinsecamente imanente às suas vidas e aos seus coletivos, como demonstra o Cacique Babau:

As nações indígenas são as que mais lutam para manter a água limpa e as árvores de pé. Usamos o solo sob outra lógica. Em nossas terras, não há enchentes nem ventos que matam, não se encontram grandes incidentes. Mas, apesar disso, somos chamados de povo atrasado, povo sem futuro, o entrave do Brasil. Somos considerados o atraso que precisa ser retirado da frente para que tudo possa ser finalmente derrubado (Babau, 2023, p. 32).

Mais do que uma retomada, segundo Oliveira (2023a), é preciso dialogar com a periferia, com os povos originários e com o povo preto, restituir a terra ao povo da terra. A luta pela terra e a disputa por território são necessárias e se fazem presentes. A população se concentra em grandes centros, jogada para as grandes cidades, enquanto um grupo pequeno se apropria e concentra a propriedade da terra, tornando imprescindível que nossas práticas levem em conta esses atravessamentos, além da relação ecológica com o território.

Junto à descolonização da terra e do território, temos que descolonizar nosso pensamento e nossas almas. Cuidar, portanto, da existência: para viver na terra e no território, quais são os alimentos que precisamos recuperar? Como os povos originários vivem, como é sua relação com a natureza, o que retiram da natureza, sem deixar de preservá-la? (Oliveira, 2023a, p. 69).

Um desses atravessamentos necessários de descolonização do pensamento é a questão racial, que, segundo Oliveira (2023a), também tem papel determinante na caótica construção dos centros urbanos, sendo as cidades

construídas para elites, planejadas para excluir a periferia e sua maioria negra. A cidade é feita para não funcionar para a maioria da população, apesar do tensionamento permanente de que essas elites dependem das periferias, não sendo autossuficientes. As periferias e minorias sociais acabam sendo atingidas de formas mais profundas, dada essa conjuntura, numa lógica de racismo ambiental, que Oliveira (2020) afirma se manifestar pela negação do direito à mobilidade urbana, pela marginalização territorial e pela falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, por parte do poder público. Essa exclusão social limita o acesso ao desenvolvimento pleno, caracterizando-se pela desigualdade na distribuição de bens sociais essenciais, como moradia digna, trabalho, saneamento básico, lazer e bem-estar geral, que deveriam ser garantidos a todos os habitantes das cidades.

Nesse sentido de negação da cidadania, outro importante marcador a se levar em consideração é o de gênero, no que seria um machismo ambiental. “A cidade é gerenciada por homens, pensada por homens, planejada por homens” (Oliveira, 2023a, p. 82). Em nossa sociedade patriarcal, as mulheres, que arcam com os cuidados familiares e coletivos, também acabam tendo

protagonismo em lideranças comunitárias. Pensar a cidade e o direito à cidade passa também por cidades pensadas por e para mulheres.

A intersecção entre psicologia, ecologia, direitos humanos e questões sociais revela a complexidade das crises contemporâneas que enfrentamos. À medida que a degradação ambiental e o racismo estrutural se entrelaçam, torna-se imprescindível adotar uma abordagem que considere as vozes de povos originários, periferias e movimentos sociais, que frequentemente sofrem os impactos mais agudos dessas crises.

A reflexão sobre o direito à cidade e à terra, a necessidade de descolonizar tanto o território quanto o pensamento, e a importância de uma psicologia comprometida com a realidade social são elementos fundamentais para se construir uma resposta ética e eficaz aos desafios atuais. Ao buscar integrar essas diversas perspectivas, podemos vislumbrar não apenas uma forma de enfrentar os desastres e a catástrofe climática, mas também uma oportunidade de promover justiça social, restaurar relações harmônicas com a natureza e garantir um futuro mais sustentável e inclusivo para todos, como nos propõe Oliveira (2023b):

Uma psicologia aliada às populações vulnerabilizadas, que são as mais impactadas pela degradação e pelo racismo ambiental e pelos efeitos das políticas urbanas privatistas e da especulação imobiliária, é necessariamente uma Psicologia que se coloca com o corpo e com um olhar complexo, localizado e implicado com os movimentos sociais e atenta aos direitos humanos e sua garantia. Saúde mental nunca anda descolada da política e da garantia de direitos, assim como a subjetividade, os espaços sociais e o meio ambiente. E esse deve ser o olhar também da Psicologia, principalmente no que tange ao enfrentamento dos desafios da crise climática e seus efeitos nas lutas por moradia. (para. 4).

Para Que(m) Serve a Psicologia

Diante das crises, nos perguntamos: afinal, para que(m) serve a psicologia nesse momento? Em um contexto de desastre, as respostas estatais e sociais, que deveriam dar o aporte necessário à população que vivencia cotidianamente os efeitos do contexto neoliberal, se mostraram ineficientes diante da tragédia deflagrada no estado do Rio Grande do Sul. A demora na resposta

sobre o que fazer, o retorno à população e a dificuldade de orientação para a mobilização foram trazidos à tona em jornais, podcasts e outros meios de comunicação em massa, como, a exemplo, a publicação de maio de 2024 feita pelo jornal “Brasil de Fato”, com a seguinte opinião: “A irresponsabilidade com a população das autoridades locais é evidente pelas suas próprias declarações” (Santos, 2024, bigode); ou mesmo a Agência Brasil, que, no mesmo mês, publicou por suas fontes que “não se pode acusar apenas a grande precipitação como causadora da tragédia, mas também os problemas graves de gestão pública” (Nitahara, 2024, para. 4). Tais fatos demonstram o despreparo ou até mesmo certa descrença quanto ao desastre climático sofrido.

Posto isso, refletimos sobre os riscos do pensamento sustentado em uma ideia de igualitarismo, tão presente na ideologia capitalista. Uma crença que frequentemente é encorajada pela opinião dominante (Hayek, 1985), ou seja, acreditar que todos partem das mesmas condições e possuem as mesmas possibilidades, quando, na verdade, estamos lidando com a desassistência e a relativização da precariedade.

Dessa forma, a própria ação do

Estado, mais precisamente de seus representantes eleitos, deixou à mercê da população a responsabilidade por sua sobrevivência — a responsabilidade de lidar em um contexto de desastre. Não foram poucas as iniciativas que vieram da sociedade civil, mas ficou exposta uma fissura aberta no que tange à organização estatal, voltada principalmente a garantir segurança e proteção a um grande contingente populacional atingido, que, em sua maioria, já vive os efeitos do desamparo estatal.

Portanto, ao nos depararmos com tal situação, vemos descortinada, na ideologia neoliberal, um contexto bem conhecido: aquele em que poucos têm muito e muitos têm pouco. Vemos expressa a banalização do humano resultante da indiferença frente à esfera das necessidades das grandes majorias e dos direitos a elas atinentes (Yazbek & Iamamoto, 2019, p. 37). Dessa forma, o neoliberalismo não se trata apenas de um processo de produção e reestruturação econômica, trata-se de um processo de produção de subjetividades, estando aí a mercantilização da vida.

Diante disso, os fragmentos do processo colonial brasileiro, vigentes na atualidade, dão base para sedimentar tal banalização, incluindo aí a natureza, que

precisa ser dominada e responsabilizada pelos atos que não cometeu. Além disso, as responsabilidades acabam coletivizadas pela lógica neoliberal, enquanto os prejuízos, danos e perdas são individualizados.

É interessante observar como é construída a ideia da divisão igual e da co-responsabilidade pela redução dos desastres, como se todos os sujeitos da sociedade, classes sociais, estados-nação tivessem a mesma proporção de responsabilidade pelo seu surgimento e crescimento, e pela resolução de suas consequências catastróficas para a sociedade. (Nascimento, 2021, p. 330).

Nesse contexto, articulamos a escrita deste artigo comprometidos com a análise crítica e em composição com as histórias vividas, sentidas e observadas por nós, enquanto pesquisadores envolvidos e provocados pela realidade social posta. Em uma crítica ao neoliberalismo, Barreira (2018) descreveu que podemos perceber “o sucesso colossal do empreendimento neoliberal” (p. 159). Nessa frase, Barreira faz alusão à desconstituição dos direitos fundamentais de forma planejada.

Ainda que os efeitos sejam globais, estes impactam mais profundamente grupos populacionais vulnerabilizados. A vulnerabilidade está no cerne da própria

estrutura social, uma vez que os direitos e os acessos acontecem de forma desigual. Aqui está a questão: se pensarmos na hipótese de que a catástrofe climática tenha apontado um não lugar das populações vulnerabilizadas socialmente, estando elas subvertidas a uma soberania, podemos ver como se produz um imaginário categorizante.

A classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. (Mbembe, 2016, p. 135).

Dessa forma, podemos dizer que se dá aí uma espiral de categorização das vidas, uma terceira zona entre o status de sujeito e objeto. Assim acontece o estado de soberania, diante da capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é (Mbembe, 2016). Assim, consideramos refletir sobre qual o tamanho do guarda-chuva do Estado, quem é que cabe nele e quais iniciativas de investimento em assistência para uma população que, não por acaso, se torna vítima do descaso.

Refletir sobre a correlação de forças é crucial diante das situações de sofrimento em corpos que vivenciam cotidianamente os atravessamentos movidos pelo capital. O neoliberalismo está ligado diretamente à forma predominante com que o capitalismo se organiza hoje. Ao falarmos de soberania, estamos falando sobre formas de deixar viver e fazer morrer; falamos de necropolítica, de produção de vulnerabilidades e de estados que alimentam o capital, mas adoecem a humanidade.

As histórias e as subjetividades das populações historicamente marginalizadas são apagadas e somente consideradas se introjetadas por um projeto de mercado, em que possam ser monetizadas. Assim, vemos a governamentalidade neoliberal sendo a necropolítica, isto é, um necroliberalismo (Mbembe, 2020). A necropolítica tem como pano de fundo a lógica colonial, estabelecendo valores a todos os âmbitos da vida.

Sendo assim, ao falarmos em apagamento, lembramos das formas e consequências de uma vida diante de uma modernidade que não é comum a todos, mas estruturada e sustentada. Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do

mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos (Krenak, 2019). Pessoas que vivem em condições marginalizadas e, por consequência, vítimas preferenciais em desastres.

Com a difusão da ideia liberal de que o “bem-estar social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades, a intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao “mercado” e à filantropia, como alternativas aos direitos sociais que só existem na comunidade política. Para Yazbek (2001), o pensamento neoliberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do Social” e opera uma profunda despolitização da “questão social” ao desqualificá-la como questão pública, questão política e questão nacional. (Yazbek & Yamamoto, 2019, p. 39).

Com isso, percebemos que o próprio bem-estar está deslocado, como forma privilegiada de viver, assegurada para alguns e não para as maiorias, especialmente se analisarmos que o

direcionamento do bem viver está voltado para quem contribui e participa da economia. Ailton Krenak, parafraseando José Mujica, disse: “transformamos as pessoas em consumidores, e não em cidadãos” (Krenak, 2019, p. 24). Precisamos considerar aqueles que estão em condições miseráveis de sobrevivência; aqueles que, diante da despolitização social produzida, seguem atravessados pelos marcadores sociais e, não raras vezes, responsabilizados pela violência e pelo desamparo a que estão submetidos.

Vemos ainda que, mesmo em situações de desastres, os marcadores sociais não mudam, seja na crença de que a população marginalizada socialmente tem maior responsabilidade nos impactos ambientais, seja na forma de responsabilizar povos e culturas — como fez a influenciadora Michele Dias, que abertamente cometeu intolerância religiosa ao afirmar que a culpa das enchentes está relacionada à existência de terreiros. Esse fato noticiado em maio de 2024 no portal de notícias g1, com a seguinte chamada: “Influenciadora que associou tragédia climática no Rio Grande do Sul a religiões de matriz africana é denunciada pelo MP” (g1 Minas, 2024, manchete). A influenciadora disse: “O estado do Rio Grande do Sul é o estado com maior

número de terreiros de macumba. Alguns profetas já estavam anunciando algo que iria acontecer.” (g1 Minas, 2024, para. 4). Ou seja, mascaram-se abismos sociais, cometem-se crimes, mas desconsiderados são os impactos ambientais provocados por grandes empreiteiras, os modos de vida em sociedade e até mesmo o consumo exacerbado.

Como intervir diante de um contexto de agravos provocados pela intensa forma de produção, exploração e reprodução, que se traduzem em paralelos sociais tão distintos? E como produzir uma atuação do psicólogo atravessada por esses paralelos? Torna-se improrrogável a articulação coletiva e uma certa ecologia social. Conforme Weintraub et al. (2015), é essencial considerar uma série de fatores ao lidar com situações que envolvem afetados, como o sujeito, o contexto e as dinâmicas sociais locais. Além disso, destacam a importância da recuperação de referências, da reorganização social e do trabalho colaborativo com as equipes, utilizando estratégias diversas que apoiem a vida cotidiana. Essas ações são fundamentais para a (re)produção das identidades, o que implica a necessidade de a atuação do psicólogo se integrar a essas práticas de articulação e suporte.

Entretanto, ficamos tão perturbados

com o desarranjo regional que vivemos, e ficamos tão fora do sério com a falta de perspectiva política, que não conseguimos nos erguer e respirar, ver o que importa mesmo para as pessoas, os coletivos e as comunidades nas suas ecologias (Krenak, 2019). Por essa razão, ao nos erguermos e respirarmos, faz-se necessária uma psicologia dialógica.

Por Uma Psicologia Dialógica

É verdade que fomos convocados para contribuir nessa imensa rede de solidariedade popular diante de tais catástrofes, e é verdade também que aquilo que se espera dos psicólogos seja, majoritariamente, uma escuta clínica, atenta, como um orelhão ambulante capaz de suportar as dores do mundo e, quem sabe, até de curá-las. Torna-se então fácil cair na armadilha da naturalização da saúde mental e sua cisão de fatores como moradia, direito à cidade e alimentação, saneamento e possibilidade de lazer e cultura.

Em situações de emergência, as necessidades básicas das pessoas — comida, água, abrigo, um mínimo de conforto físico e emocional — devem estar supridas em primeira instância,

assim como não se deve perder de vista o horizonte da garantia de direitos sociais básicos. Essas são, também, ações de saúde mental, ainda que não desempenhadas exclusivamente por psicólogos. (Weintraub et al., 2015, p. 294).

Para além disso, Coimbra e Leitão (2003) nos alerta que “pensar no trabalho que nós, psicólogos, temos desenvolvido é pensar neste lugar instituído e naturalizado, percebido como a-histórico, neutro e objetivo que nós, muitas vezes, temos ocupado e fortalecido: o do saber-poder” (p. 8).

Queremos pensar que, nesse momento, ao escrevermos, estamos também contribuindo para as histórias que serão contadas sobre esse tempo vivido e que, ao fazermos isso, possamos historicizar criticamente e nos situarmos ao lado daqueles que realmente permanecem em uma luta constante contra as violências estabelecidas como naturais dentro do modelo econômico-social que vivemos. Onde as respostas não podem e não deveriam ser objetivas dentro das complexidades que a vida nos apresenta; onde possamos também recusar a falsa ideia de precisarmos ser neutros diante daquilo que estamos analisando. Recordamos que Martín-Baró (2017) nos

alerta sobre o “fazer pesquisa, não tanto para ser publicada, mas para ser utilizada como instrumento de mudança social” ser algo também importante (p. 95).

Afinal, quais narrativas sobre esse tempo estão em disputa? Quais histórias estamos comprometidos em transmitir? Iremos fortalecer as ideias individualistas de superação e resiliência? Queremos contribuir para continuar o pensamento colonialista sobre tratar a natureza como nossa inimiga? Queremos acreditar que não. Embora essa crença seja também uma luta dentro da própria psicologia, afinal, “poderíamos dizer, e com razão, que todas as profissões em nossa sociedade se encontram a serviço da ordem estabelecida, e que, nesse sentido, nossa profissão não seria uma exceção” (Martín-Baró, 1997, p. 13).

Para nos desfazer do saber-poder que fomos ensinados e recusarmos a encomenda que o capitalismo neoliberal nos faz enquanto profissionais que podem legitimar a ordem de violências estabelecidas, nós exercitamos a memória. Memória daqueles que vieram antes e também enfrentaram, em seu tempo, os mesmos desafios. Memórias destes que, em nosso tempo, nos ensinam como desaprender.

Uma dessas memórias que trazemos é a dialogicidade proposta por Paulo Freire, segundo a qual

[...] através do diálogo podemos olhar o mundo e a nossa existência em sociedade como processo, algo em construção, como realidade inacabada e em constante transformação. Nesta perspectiva, o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Através do diálogo podemos dizer o mundo segundo nosso modo de ver. Além disso, o diálogo implica uma práxis social, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora. Essa possibilidade abre caminhos para repensar a vida em sociedade, discutir sobre nosso ethos cultural, sobre nossa educação, a linguagem que praticamos e a possibilidade de agirmos de outro modo de ser, que transforme o mundo que nos cerca. (Streck et al., 2010, p. 151).

Acreditamos, então, que a dialogicidade é uma ferramenta adequada para o ato de desformar as crises que aqui apontamos. Como um exercício ético, a ideia dialógica propõe uma reflexão crítica sobre o nosso tempo, desnaturalizando aquilo que nos é apresentado como natural pela ideologia, ou seja, “trabalhar contra a

ideologia fatalista dominante e seu poder de incentivar a imobilidade por parte dos oprimidos e sua adaptação à realidade injusta” (Freire, 2004, p. 19).

Sobre isso, Freire (1998, p. 113) também afirma que: “[...] o poder da ideologia me lembra aquelas manhãs cheias de orvalho em que a neblina distorce o contorno dos ciprestes e eles se tornam sombras de algo que sabemos que está lá, mas não podemos realmente definir”. Para nós, o fazer dialógico contribui para nos ajudar a nomear e encontrar palavras para aquilo que sabemos estar ali diante de nós, escondido pela neblina da ideologia e distorcido por discursos dominantes. Nos ajuda a definir um posicionamento comprometido com o chão de onde estamos. O psicólogo Martín-Baró (2017) também reflete sobre os conceitos de ideologia, diálogo e pesquisa presentes nas obras de Freire:

Todo conhecimento resulta em poder e serviríamos muito mal a causa da democracia se esse poder adquirido pela pesquisa ficar nas mãos daqueles que não partilham os interesses populares. Nosso conhecimento deve servir como um espelho em que o povo pode ver refletida sua imagem e adquirir essa pequena distância crítica que permite objetivar sua realidade e transformá-la. As palavras geradoras

utilizadas pelo método alfabetizador de Freire são um modelo sobre como o conhecimento pode servir para a desideologização: são palavras que refletem a realidade de fato, retiradas do universo simbólico das próprias pessoas, do senso comum de sua vida cotidiana, mas que, quando dialeticamente devolvidas pelo diálogo à mesma comunidade, podem desmascarar a realidade que expressam e abrir as portas para sua transformação. (p. 63).

O Futuro é Ancestral

Para concluir, recordamos uma memória de sala de aula. Nessa memória, um professor conta sobre uma conversa que teve com um estudante indígena na qual diziam sobre a universidade construir saberes vindos dos conhecimentos que tentaram destruir os povos que pensavam diferente sobre o mundo e a relação com os demais seres vivos, e que hoje essa mesma universidade recorre aos pensadores desses povos, que antes eram vistos como incivilizados, para buscar respostas às crises que temos vivido. Penso que as marcas desse tempo de enchentes ficarão em nossos olhos, em nossas memórias — e não apenas nas paredes e muros da cidade.

Assim como agora surgem as imagens do fogo, das queimadas que avançam pelo país; são fotografias impressas literalmente em nossos corpos, no ar que respiramos e no chão que pisamos. Não podemos mais pensar nas cidades sem levar em consideração as questões climáticas, sem pensar que nossa forma de vida vai acarretar uma série de problemas no futuro (Carro, 2023). Afinal, “como podemos criar uma experiência e uma civilidade não branca eurocêntrica?” (Carneira, 2023, p. 215). É preciso refletir a atuação em saúde mental como uma ética ampliada e aliada às cosmologias não europeias e às populações vulnerabilizadas, como falamos anteriormente.

Reiteramos que, mais do que um manual de boas condutas ou um guia de atuação do psicólogo, o que propomos aqui diante desses cenários é que seja possível desnaturalizar a ideia de que devemos destruir ou ter como inimiga a única casa comum que conhecemos. Que possamos resgatar as virtudes populares, pois nada é mais urgente que resgatar toda a riqueza popular e preservar todo sedimento humano que tornou historicamente possível a solidariedade dos pobres diante da exploração, a entrega à causa da comunidade frente ao

individualismo, o saber popular frente ao imperialismo cultural (Martin-Baró, 2017). Assim, o pensamento crítico que encomenda perguntas às certezas absolutas deste tempo. Tempo fora do relógio cronológico. Tempo não linear, não progressivo, tempo fora do marco civilizacional que cunhou suas bandeiras conquistadoras em cima dos corpos que aqui já existiam e nutriam outra relação com o território.

É preciso um embate com a ideia do sujeito neoliberal, do psicólogo e suas práticas individualizantes e coloniais, que postulam a saúde mental como uma entidade abstrata descolada da rede material, da moradia, da política, da ecologia, das cosmologias. Como disse Antônio Bispo dos Santos: “A humanidade é contra o envolvimento, é contra vivermos envolvidos com as árvores, com a terra, com as matas. Desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade” (Santos, 2023a, p. 8). É necessário que tenhamos tempo e sensibilidade para o envolvimento com a terra e seus anseios, possibilitando uma relação que se comprometa com todos os seres vivos e não apenas a espécie humana, diferente das ideias que há muitos séculos persistem ainda hoje com novas aparências. E que, neste cultivo de outros

olhares que nos ajudam a desnaturalizar o que vivemos, possamos encontrar companhia nas mensagens deixadas por aqueles que, em seu próprio tempo, fizeram mais do que apenas sobreviver, mas viveram e proporcionaram também que estivéssemos vivos hoje, colhendo abrigo de sementes que há muito foram plantadas.

O questionamento que nos deu um sul para esta escrita foi se haveria um futuro para a psicologia neste contexto de desastres. Como no muro da Rua dos Andradas, em Porto Alegre, onde se lê: “Haverá futuro?”, e alguém, em letras minúsculas, como quem sussurra um segredo, respondeu: “O futuro é ancestral.”

Referências

- Adorno, R. C. F. (2001). *Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social*. Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (AAPCS).
- Araújo, G. P., Rodrigues, L. S., & Dunder, B. D. (2023). A emergência climática sob o neoliberalismo: Reflexões desde a perspectiva da Justiça Climática Latino-americana. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, 10(3), 57-72. DOI: 10.47456/simbitica.v10i3.41100. <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/41100>
- Babau, Cacique (2023). *Retomada*. In F. Carnevalli, F. Regaldo, P. Lobato, R.

- Marquez, & W. Cançado (Orgs.). *TERRA: antologia afro indígena*. Ubu Editora/PISEAGRAMA (p. 32).
- Barbosa, M. E., Vicente, L. Í., Lourenço, H. S. S.; Lobo, M. A. M., Nogueira Neto, J. M. (2023). *Racismo ambiental, territorialidade e a negação da cidadania: o discurso da mídia*. Anais do IX Seminário do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Luciano Feijão. Sobral.
- Barreira, C., & Salatini, R (2018, 19 de novembro). *Democracia e direitos humanos no pensamento de Norberto Bobbio*. In R. Salatini, C. M. Barreira (Orgs.). Oficina Universitária. Cultura Acadêmica. DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7249-026-9>
- Brasil de Fato. (2024). *Moradores do Quilombo Kédi seguem em vigília após Justiça autorizar demolição de casas*. Acesso em 23 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2023/11/27/moradores-do-quilombo-kedi-seguem-em-vigilia-apos-justica-autorizar-demolicao-de-casas>. Publicação 27/11/2023.
- Carneira, W. (2023). Uma pausa no tempo de Ogum. In F. Carnevalli, F. Regaldo, P. Lobato, R. Marquez, & W. Cançado (Orgs.). *TERRA: antologia afro indígena*. Ubu Editora/PISEAGRAMA.
- Carro, E. (2023). *Fazendinhando*. In F. Carnevalli, F. Regaldo, P. Lobato, R. Marquez, & W. Cançado (Orgs.). *TERRA: antologia afro indígena*. Ubu Editora/PISEAGRAMA.
- Coimbra, C., & Leitão, M. B. S. (2003). *Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades*. Psicologia & Sociedade, 15(2), pp. 6-17.
- Freire, P. (1998). *Pedagogy of freedom: ethics, democracy, and civic courage*. Rowman & Littlefield.
- Freire, P. (2004). *Pedagogy of indignation*. Boulder: Paradigm Publishers.
- G1 Minas. (2024). *Influenciadora que associou tragédia climática no Rio Grande do Sul a religiões de matriz africana é denunciada pelo MP*. <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/05/18/influenciadora-tragedia-rio-grande-do-sul-religioes-matriz-africana-denunciada-pelo-mp.ghtml>
- G1 Rio Grande do Sul. (2024). *Um mês de enchentes no RS: veja cronologia do desastre que atingiu 471 cidades, matou mais de 170 pessoas e expulsou 600 mil de casa*. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/um-mes-de-enchentes-no-rs-veja-cronologia-do-desastre.ghtml>
- Grosfoguel, R. (2016). *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Sociedade e Estado, 31(1), pp. 25-49.
- Haraway, D. (2016). *Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes*. ClimaCom Cultura Científica, 3(5), pp. 139-146.

- Hayek, F. (1985). *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. A miragem da justiça social. Visão.*
- João, I. (2023). *Língua vegetal guarani.* In F. Carnevalli, F. Regaldo, P. Lobato, R. Marquez, & W. Cançado (Orgs.). *TERRA: antologia afro indígena.* Ubu Editora/PISEAGRAMA (pp. 69-75).
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo.* Companhia das letras.
- Martín-Baró, I. (1997). *O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia, 2,* pp. 7-27.
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais.* Vozes.
- Mbembe, A. (2016, dezembro). *Arte & Ensaio: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, (32).*
- Mbembe, A. (2020). *Políticas da inimizade* (1a ed. [2016]). N-1 Edições.
- Mendes, M. F. (2023). *Psicologia Amefricana: escrivência de grupos oprimidos para uma práxis transgressora.* Texto de dissertação de mestrado em Psicologia Institucional pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.
- Nascimento, A. S. (2021). *A urbanização planetária neoliberal e o discurso da resiliência e da urbanização sustentável: uma reflexão crítica em torno da nova agenda urbana global. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, 30(2),* pp. 318-335. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n2.88748>
- Nitahara, A. (2024, 18 de maio). Entenda a tragédia climática ocorrida no Rio Grande do Sul. *Agência Brasil.* <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radio-agencia-nacional/geral/audio/2024-05/entenda-tragedia-climatica-ocorrida-no-rio-grande-do-sul>
- Oliveira, J. F. (2023a). *Lutar pela nossa terra.* In *TERRA: antologia afro indígena.* Ubu Editora/PISEAGRAMA.
- Oliveira, L. (2023b). *Observatório de direitos humanos: uma psicologia aliada às populações vulnerabilizadas. Entrelinhas, (94), A psicologia e as emergências climáticas.* <https://crprs.org.br/entrelinhas/229/o-observatorio-de-direitos-humanos-uma-psicologia-aliada-as-populacoes-vulnerabilizadas>
- Oliveira, R. M. S. (2020). *Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes.* ODEERE, 5(10), pp. 129-156. <https://doi.org/10.22481/odeere.v5i10.6876>
- Rodrigues, A. (2024). *Um mês de calamidade: a cronologia dos alertas da tragédia no RS.* Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/um-mes-de-calamidade-a-cronologia-dos-alertas-da-tragedia-no-rs>
- Santos, A. B. dos (2023a). *A terra dá, a terra quer.* Ubu Editora/PISEAGRAMA.

Santos, I. G. (2024, 23 de maio). Tragédia no Rio Grande do Sul: é preciso apontar as causas e responsáveis. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/23/tragedia-no-rio-grande-do-sul-e-preciso-apontar-as-causas-e-responsaveis/>

Santos, M. H. (2023b, 27 de novembro). Moradores do Quilombo Kédi seguem em vigília após Justiça autorizar demolição de casas. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/27/moradores-do-quilombo-kedi-seguem-em-vigilia-apos-justica-autorizar-demolicao-de-casas/>

Streck, D. R.; Redin, E.; Zitroski, J. J. (2010). *Dicionário Paulo Freire*. 2a ed. rev. e ampl. Autêntica Editora. https://territoriosinsurgentes.com/wp-content/uploads/2021/03/Danilo_R._Streck_Dicion_rio_Paulo_Freirez-lib.org_.epub_.pdf

UNISDR. (2009). *La terminología de la Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres de las Naciones Unidas*. Organização das Nações Unidas.

Weintraub A. C. A. M., Noal D. S., Vicente L. N., & Knobloch F. (2015). *Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis*. Interface, 19(53), pp. 287-297.

Yazbek, M. C. & Iamamoto, M. V. (2019). *Serviço social na história: América Latina, África e Europa*. Cortez.

Mayara Ferreira Mendes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1675-371X>

E-mail: mayaramendes.psi@gmail.com

Larissa Silva Jorge

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5695-2229>

E-mail: larissasj84@gmail.com

Leonardo de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2189-3790>

E-mail: leonardodeoliveira.o2@gmail.com

Submetido em: 21/12/2024

Aceito em: 27/02/2025

Contribuição dos autores:

Concepção: M. F. M.; L. S. J.; L. O.

Coleta: M. F. M.; L. S. J.; L. O.

Redação do manuscrito: M. F. M.;

L. S. J.; L. O.

Análise dos dados: M. F. M.; L. S. J.; L. O.

Revisão e edição: M. F. M.; L. S. J.; L. O.

Financiamento: através de fomento da bolsa de doutorado fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
